

Autores

Heloísa Helena Silva Pancotti

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Toledo (1997). É especialista em Direito Processual pela mesma IES. Advogada autônoma. Mestre em Direito pelo UNIVEM de Marília sob orientação do Professor Doutor Ricardo Pinha Alonso. Membro do Grupo de Pesquisa INPP- A intervenção do Poder Público na Vida da Pessoa sob a liderança do Professor Doutor Ricardo Pinha Alonso, atualmente se dedica a pesquisar Direitos Sociais com ênfase em sua interseccionalidade com a questão de gênero. Autora de artigos, capítulos de livros e publicações, sendo o último livro Previdência Social e Transgêneros: proteção previdenciária, benefícios assistenciais e atendimento à saúde para os transexuais e travestis. Link para o Lattes <http://lattes.cnpq.br/1948241510029657>.

Paulo Iotti Vechiatti

Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino/Bauru - ITE/Bauru. Pós-Graduado (Lato Sensu; - Especialização) em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Especialista em Direito da Diversidade Sexual e de Gênero e em Direito Homoafetivo. Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2005). Advogado e Professor Universitário. Membro do GADvS - Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero. Autor de artigos como ADI 4277- Constitucionalidade e Relevância da Decisão sobre a União Homoafetiva: O STF como Instituição Contramajoritária no Reconhecimento de uma Conceção Plural de Família, obras como Manual da Homoafetividade: Da possibilidade jurídica do Casamento Civil, da União Estável e da Adoção por Casais homoafetivos. Atua constantemente como amicus curiae no STF em questões relativas aos Direitos LGBTI+.

tais como no julgamento da União Homoafetiva, o Direito ao uso de banheiros públicos conforme a identidade de gênero autopercebida, a autorização para mudança de nome e gênero nos documentos públicos sem necessidade de realização de cirurgia transgenitalizadora. Recentemente sua sustentação oral repercutiu nacionalmente ao defender a criminalização da LGBTfobia no julgamento conjunto da ADO 26 e MI 4733 no STF.

Fernando de Brito Alves

Advogado. Doutor em Direito pela Instituição Toledo de Ensino - ITE / Bauru-SP. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Graduado em Filosofia pela Universidade do Sagrado Coração e graduado em Direito pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, é especialista em "História e historiografia: sociedade e cultura" pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. Atualmente é Assessor Jurídico da UENP, Editor da Revista Argumenta, Coordenador do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciência Jurídica (2014-2022), e professor das Faculdades Integradas de Ourinhos. Realizou estágio de pós-doutorado no Ius Gentium Conimbrigae da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2013-2014). Tem experiência na área de Filosofia Política e Direito. É autor de incontáveis obras, artigos e capítulos de livros dentre os quais destacamos A inconstitucionalidade das regras discriminatórias para doação de sangue por homossexuais masculinos, a homossexualidade e o princípio constitucional da igualdade, Margens do Direito: A nova fundamentação dos direitos das minorias.

Marco Antônio Turatti Junior

Doutorando em Ciência Jurídica pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Jurídica da Universidade Estadual do Norte do

Paraná. Mestre em Ciência Jurídica pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Jurídica da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Especialista em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos pelo curso de Alta Formação da Universidade de Pisa, na Itália, em 2013. Graduado pela Universidade Estadual do Norte do Paraná em 2015. Advogado e professor. Autor de pesquisas como Direito das Minorias e Democracia, Direito, Liberdade Religiosa e a Homoafetividade: Os novos contornos do comportamento social brasileiro, Os precedentes heteronormativos no judiciário brasileiro e a invisibilidade da trans e intersexualidade sob a perspectiva dos direitos humanos e seu mais recente livro publicado é Reconhecimento jurídico-social da identidade LGBTI+.

Marco Aurélio Serau Junior

Professor na UFPR, nas áreas de Direito do Trabalho e Previdenciário. Doutorado e Mestrado em D. Humanos pela USP (2009), por onde obteve Especialização em D. Humanos (2004). Especialista em D. Constitucional (ESDC, 2003). Graduação em Direito pela PUC/SP (1999) Autor de vários artigos jurídicos publicados no Brasil e no exterior, assim como autor e coordenador de diversas obras jurídicas, inclusive internacionais. Já foi Analista Judiciário no TRF da 3ª Região, onde exerceu cargos de Assessor na Corregedoria, Vice-Presidência e Gabinete de Desembargadora Federal. Professor convidado de diversos cursos de pós-graduação (ESA-OAB/SP, EPDS, LEGALE, EPD, ESDC, FADITU, UNISAL, ATAME/DF, dentre outros). Tem experiência docente e literária na área de Direito, com ênfase em Direitos Sociais, atuando principalmente nas áreas Previdência e Assistência Social, Processo Civil, Direito Constitucional e Direitos Fundamentais. Suas 3 principais linhas de pesquisa são: a) análise da Seguridade Social à luz dos direitos fundamentais; b) análise crítica da jurisprudência previdenciária, c) Acesso à justiça e ges-

tão processual. Atualmente se dedica ao exame crítico das Reformas Trabalhista e Previdenciária. É membro do conselho editorial de várias periódicos dentre os quais destacamos Revista e Políticas Públicas e Segurança Social, Revista Síntese de Direito Previdenciário, Revista Brasileira de Direito Previdenciário. Foi premiado Previdenciarista do Ano em 2016. É autor de extensa bibliografia na área de Direito Previdenciário, Justiça Social e Proteção de minorias.

Danilo Arnaut

Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP), além de graduando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), trabalhei por quatro semestres (2016-2018) como Professor Substituto do Departamento de Sociologia (DECISO), no âmbito do qual ministrei disciplinas como Sociologia dos Direitos Humanos, Sociologia da Globalização, Sociologia da Medicina e da Saúde, e Teoria Social e Organizações. Em 2017 publiquei o livro "A Inteligência do Mundo: sobre a cognição de processos globais em Octavio Ianni e Ulrich Beck" (São Paulo: Annablume, 2017) dentro da Coleção Crítica Contemporânea. Sou pesquisador no Núcleo de Estudos em Polícias Públicas (NEPPs-UNESP) e no grupo de pesquisa BIOTEC - Direito, Biotecnologia e Sociedade (UFPR), possui pesquisas na Área de Direito Previdenciário, Gênero e Performatividade, Direitos Sociais. É membro do corpo editorial da Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Luciano Meneguetti Pereira

Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Toledo de Ensino (ITE) - Bauru/SP (2011). Especialista em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional pela Universidade Potiguar

(UNP) - Natal/RN (2007). Especialista em Docência no Ensino Técnico e Superior pelo Centro Universitário Toledo (UNITOLEDO) - Araçatuba/SP (em andamento). Graduação em Direito pelo Centro Universitário Toledo (UNITOLEDO) - Araçatuba/SP (2005). Professor Universitário no Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA) - Iturama/MG. Professor Universitário no Programa de Pós-Graduação em Direito das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul (FUNEC) - Santa Fé do Sul/SP. Professor Universitário no Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário Toledo (UNITOLEDO) - Araçatuba/SP e no Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Birigui (FABI) - Birigui/SP. Foi Professor Universitário no Curso de Graduação em Direito das Faculdades Integradas de Três Lagoas (FITL/AEMS). Autor, organizador e colaborador em obras jurídicas, dentre elas: O Brasil e o Direito Internacional: conflitos e convergências (2015), Editora Boreal; O Brasil e o Direito Internacional: temas contemporâneos (2016), Editora Boreal; Educação em Direitos Humanos: construindo uma cultura de respeito aos direitos humanos (2018), Editora Boreal; e, A Educação em Direitos Humanos na América Latina: estágio atual, desafios e perspectivas (2018), Editora Boreal. Colunista da Escola Superior de Direito Público. Membro do Conselho de Avaliação da Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade (FIDES), da Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE) e da Revista Juris UniToledo. Experiência na área do Direito Público com ênfase em Direito Constitucional, Direito Internacional e Direitos Humanos, atuando notadamente nas questões relativas aos direitos humanos, sistema interamericano de direitos humanos, direitos fundamentais, jurisdição constitucional, contratos internacionais, negociações transnacionais, educação no ensino técnico e superior, metodologias ativas e fomento da pesquisa e produção científica em questões pertinentes ao Direito Internacional e aos Direitos Humanos. Minis-

tra aulas nas Disciplinas Direito Internacional (Público e Privado), Direitos Humanos e Direito Constitucional. Líder do Grupo de Pesquisa em Direito Internacional Contemporâneo do Centro Universitário Toledo (CNPq). Membro da Rede Latino-Americana e Caribenha de Educação em Direitos Humanos. Advogado.

Victor Roberto Corrêa de Souza

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense (PPGJA/UFF). Membro da Comissão de Direito da Seguridade Social da Escola da Magistratura Regional Federal da 2. Região (EMARF), do Tribunal Regional Federal da 2. Região. Juiz Federal desde 2008, atualmente com vinculação ao 11. Juizado Especial Federal, da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, exclusivamente de matéria previdenciária. Procurador Federal, com atuação na Procuradoria Federal Especializada do INSS, de 2006 a 2008. Professor substituto de Direito Previdenciário da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), de 2013 a 2014. Professor convidado do IDS América Latina (2014-2016) e do IBDP-Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (2016-2018). Autor das Obras A credibilidade de Têmis e a argumentação jurídica: medidas endojudiciais e extrajudiciais e Proteção e Promoção da confiança no Direito Previdenciário, onde trata da proteção previdenciária dos transexuais.

Giann Lucca Interdonato

Mestrando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, foi membro do Núcleo Acadêmico de Prática Social (N.A.P.S.) (2014-2017), foi membro do Diretório Central dos Estudantes

(DCE) (2015-2017) da referida instituição. Foi representante dos discentes na Comissão de Pesquisa (COPE SQ) na PUCPR - Campus Londrina. Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos, gênero, sexualidade, e principalmente, transexualidade. Autor do livro "Trans-identidade: A transexualidade e o ordenamento jurídico".

Renato Bernardi

Doutor em Direito do Estado (sub-área Direito Tributário) - PUC-SP. Professor efetivo dos cursos de Bacharelado, Mestrado e Doutorado e Membro da Comissão de Coordenação do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica, todos da Faculdade de Direito do CCSA - UENP, Campus de Jacarezinho. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa INTERVEPES, tendente a abordar as formas de interferência do Estado na vida da pessoa humana e discutir a oportunidade e a eficácia da atuação estatal no dignismo social. Coordenador Pedagógico do PROJURIS Estudos Jurídicos Ltda. Procurador do Estado de São Paulo desde 1994. Autor e organização de inúmeras obras e artigos científicos dentre os quais destacamos “Uma busca pela igualdade de tratamento aos socialmente invisíveis”, “ As garantias constitucionais à igualdade de gênero e a realidade do teto de vidro para a mulher trabalhadora”.

Fernanda Caroline Alves de Mattos

Mestranda em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes ? UNIT/SE. Participou do Grupo de Pesquisa em Gênero, Família e Violência (2015/2018) e do Grupo de Pesquisa em Execução Penal (2016/2017) vinculados ao CNPq. Participou como membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da OAB/SE Atua em pesquisas relacionadas a Direitos Humanos,

Direito Penal, Filosofia Jurídica, Sociologia Jurídica e Direito Constitucional, com ênfase na relação entre Gênero e Direito. Autora de artigos dentre os quais destacamos: “ A questão de gênero na definição da guarda dos filhos e a mudança de paradigmas através da Lei da guarda compartilhada” e “Ofensas públicas de gênero frente à teoria dos limites dos limites: liberdade de expressão versus o “mimimi” feminista”.

Rafael Salatini

Bacharel em Ciências Sociais pela USP (2004), licenciado em Ciências Sociais pela USP (2008), bacharel em Direito pelo Univem (2016), mestre em Direito pelo Univem (2018), doutor em Ciência Política pela USP (2009), pós-doutor em Sociologia pela USP (2017) e pós-doutorando em Ciência Política pela USP (2017-2018). Professor do Curso de Relações Internacionais da UFGD (2009-2010), do curso de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania da UFGD (2010), do curso de Relações Internacionais da Unesp-Marília (desde 2011), do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp-Marília (desde 2013), coordenador do grupo de estudos PACTO - Paz, Cultura e Tolerância (desde 2011). Pesquisador do liberalismo político e jurídico (temas de pesquisa: democracia, cidadania, direitos humanos, paz, autocracia, terrorismo e guerra). Autor de trabalhos publicados como: Cidadania e Minorias Sexuais, atualmente se dedica à pesquisa de Democracia e Minorias Sexuais.

Camila Christiane Rocha Nicolau

Mestre em Ciências Jurídicas (Linha de Pesquisa: Função Política do Direito) pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2018). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (2014). Especialista em Direito Público pela Escola da Magistratura Federal - ESMAFE/PR (2015). Atualmente é Procuradora Jurídica da Câmara Municipal de Bandeirantes/PR. Tem

experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Autora diversos artigos e capítulos de livros dentre os quais destacamos Reflexão sobre a teoria queer, a fobia ao grupo LGBT+ e a proteção pelo Direito Penal, STF reconhece a transgêneros a possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo, O papel contramajoritário do Supremo Tribunal Federal no reconhecimento da dignidade dos transgêneros.

Melrian Ferreira da Silva

Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha (1991). Especialização em Direito Civil e em Direito Processual Civil pelo IV Programa de Estudos Pós-Graduados Lato Sensu do Centro de Pós-Graduação da Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha (1997). Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília- UNIVEM (2016). Conselheira pela OAB do CMDCA (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente) da Cidade de Marília-SP. Docente na área de Direito Civil, Contratos e Direito de Família e Sucessões da UNIMEP- Lins. Advogada. e-mail:melriantabachiniaadv@gmail.com